

Assembleia Municipal do Porto aprova contrato que prevê criação de ecopista no Ramal da Alfândega

Com abstenções da CDU e PSD, a "solução temporária" foi aprovada enquanto o projecto definitivo não avança. Está prometido um debate aberto à cidade sobre o futuro do ramal da Alfândega

Lusa - 14 de Julho de 2020, 11:09



Ramal está desactivado desde 1989 ADRIANO MIRANDA

Depois da aprovação do executivo, também a Assembleia Municipal do Porto autorizou o contrato que transfere a propriedade do Ramal da Alfândega para a esfera municipal e onde a autarquia prevê criar, como "solução provisória", uma ecopista. A proposta, aprovada na segunda-feira à noite com a abstenção da CDU e do PSD, dá "luz verde" ao contrato que prevê a criação de uma ecopista no Ramal da Alfândega, enquanto não se discute a utilização definitiva a dar a esta linha desactivada desde 1989.

Em cima da mesa, como soluções definitivas, estão duas soluções: um percurso pedonal e ciclável e uma ligação rápida entre Campanhã e a Alfândega através de um transporte pendular eléctrico, sendo que a discussão pública está a ser preparada.

Durante a sessão, o deputado Rui Sá da CDU defendeu existir "uma contradição" entre os termos da proposta e o contrato com a IP, afirmando que "fica a impressão de que não é possível outra utilização" do Ramal da Alfândega. "Vamos debater na cidade duas soluções, mas se decidirmos que queremos fazer a ligação rápida e a IP não quiser, ficamos condicionados", disse, considerando que o município está a "passar um cheque em branco à IP".

Também o deputado social-democrata Alberto Machado afirmou estar preocupado "com o objecto do contrato", defendendo que a autarquia devia procurar junto da IP "alguma flexibilidade" para que o "destino daquele espaço" fosse outro. "Preocupa-nos este objecto fechado que a proposta tem", disse o deputado.

Em linha com as preocupações da CDU, o deputado socialista Tiago Barbosa Ribeiro afirmou existirem "algumas contradições relativamente à proposta inicial e aos termos do contrato".

Já o deputado Pedro Lourenço, do BE, congratulou a autarquia por permitir que "os cidadãos tenham uma opinião" nesta matéria, apesar de reear que a ecopista possa tornar-se uma "solução definitiva". "Ninguém compreenderia que neste processo de discussão pública pudesse a cidade deixar a linha ao abandono mais dois ou três anos. Esta decisão da ecopista pode contribuir para o debate que vai ser feito", referiu.

Por sua vez, André Noronha do grupo municipal Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido afirmou que o Ramal da Alfândega tem sido "objecto de um estudo profundo por parte do município". "Todos estamos de acordo em que há benefício em devolver o equipamento à cidade. A cidade vai testar, vai experimentar e assim vamos ver se a cidade se apropria do equipamento", salientou.

Já a deputada do PAN, Bebiana Cunha, considerou "fundamental" incluir os munícipes na discussão sobre "um investimento que preconiza uma melhoria da qualidade de vida e da saúde pública".

Para o vice-presidente da autarquia, Filipe Araújo, que na sessão substituiu o presidente da câmara do Porto, Rui Moreira, esta é uma "solução táctica". "Estamos perante um espaço que precisava de resgate há cerca de 30 anos. Já tínhamos expressado que havia várias hipóteses para aquele espaço, mas o tempo não nos permite que esperemos por tudo para acontecer", disse.

Presente na sessão, um dos membros do GARRA -- Grupo de Acção para a Reabilitação do Ramal da Alfândega afirmou esperar que sejam "definidos critérios e um prazo para que não se perca a oportunidade".

SUBSCREVA A NOSSA NEWSLETTER DESPERTADOR
DE SEGUNDA A SEXTA

Todas as manhãs, a newsletter fundamental para estar informado.

Subscriver

Tomei conhecimento que as newsletter editoriais poderão conter publicidade. OBRIGATÓRIO

QUE PRECISA DE SABER
COR NAVIRUS

Receba as nossas notificações e seja o primeiro a saber.

Descarregue a nossa app

TOPICOS

LOCAL PORTO RUI MOREIRA CÂMARA DO PORTO CDU PSD TRANSPORTES

TOPICS SLIDER